

# O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA MODALIDADE ORAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NO AMBIENTE ESCOLAR

Wesley Pereira Costa dos SANTOS<sup>141</sup>  
Elizana SCHAFFEL-BREMENKAMP<sup>142</sup>

**RESUMO:** Este trabalho objetiva investigar a questão do ensino da variação linguística no ambiente escolar. Para isto, valemo-nos do esclarecimento sobre as dicotomias de fala e escrita; a variação linguística a partir dos textos orais e como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) propõem o ensino da oralidade e da variação linguística nas escolas. Através de um questionário, fez-se necessário investigar como os professores lecionam suas aulas sobre o ensino da variação linguística na modalidade oral da língua portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua materna; Ensino; Oralidade; Variação linguística.

## 1. Introdução

No ensino de língua portuguesa, professores ainda persistem neste equívoco: aulas limitadas ao ensino de gramática normativa, assemelhando que só dessa forma os alunos estarão aptos a se tornarem ‘fluentes’ em sua língua materna. Grande parte dos professores ignora as variedades linguísticas existentes, como se só existisse apenas uma única forma de falar, que se baseia na modalidade escrita da língua.

A fala, no cotidiano, é muito mais usada do que a escrita. Porém, quando se participa da vida escolar, constata-se que existe a ausência de abordagens de aspectos orais nas salas de aula (MARCUSCHI, 2002). Posto isso, o que se vê, na maioria das escolas, é a supervalorização da escrita. Deve ser esclarecido aqui que a escrita também é fundamental na educação, mas a oralidade (fala, expressão de cada um e de todos) também o é. E, para que o estudante seja beneficiado

---

<sup>141</sup> Graduado em Licenciatura plena em Letras Português e Inglês e suas respectivas literaturas pela Faculdade Saberes. Vitória, Espírito Santo, Brasil. Este trabalho é resultado do TCC sob orientação da Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Elizana Schaffel Brmenkamp. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo.

<sup>142</sup> Mestra em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo. Graduada em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela mesma universidade. Vitória, Espírito Santo, Brasil.

de ambas capacidades, faz-se necessário reconhecer a fala e a escrita como modalidades do mesmo sistema linguístico; não são, portanto, opostos, são particulares. A escrita é mais prestigiada pelo ponto de vista social, na sociedade atual, mas não podemos desconsiderar a fala, porque ela tem o seu prestígio em determinadas regiões, grupos e culturas; cronologicamente, também já foi mais importante na língua portuguesa. É necessário, portanto, no ensino de língua, termos uma preocupação também com o lugar e papel da oralidade.

Para entendermos melhor, a oralidade é uma

prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob várias formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso (MARCUSCHI, 2001, p.25).

A fala, enquanto manifestação da prática social para fins interativos de comunicação, é adquirida naturalmente no convívio diário com outros falantes da língua desde os primeiros meses de vida quando o bebê emite sons. Desta maneira, constata-se que

A fala seria uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano (MARCUSCHI, 2001, p.25).

Posto isso, uma proposta de ensino da língua prescreve que se deve valorizar o uso da língua oral em diferentes contextos sociais, com sua diversidade de funções e sua variedade de estilos e formas de falar (BRASIL, 1998).

Nesse sentido, a escola deve buscar abrir espaço ao maior número de manifestações linguísticas possíveis, realizadas no maior número de gêneros textuais e de variedades da língua, podendo ser elas rurais, urbanas, orais, escritas, formais, informais, cultas, não-cultas, entre outros.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) requerem o ensino da oralidade e da variação. Mas esse ensino quase não chega às

escolas, pois há um despreparo didático-metodológico de alguns professores, que continuam insistindo em um ensino gramatical descontextualizado, assim, ignorando que o ensino da língua vai além de somente gramática normativa e que a oralidade é importante tanto quanto a escrita. Além do mais, segundo Bortoni-Ricardo (2005), essa diferença está relacionada aos aspectos fonológicos, mais precisamente ligados à questão da grafia que são confundidos e apontados como erros da língua e inseridos à variedade não padrão da língua.

Soares (1996, apud GARCIA-REIS & MARCONDES, 2008) afirma que o uso da língua na escola evidencia claramente as diferenças entre os grupos sociais e gera, dessa forma, discriminações e fracassos: a escola usa e quer ver o aluno usando a variante-padrão prestigiada na sociedade fazendo com que haja preconceito linguístico sobre aqueles que utilizam a variante proveniente de camadas populares.

Tendo isso como base, neste estudo, dedicamo-nos a analisar o tratamento docente dado ao ensino da variação linguística na modalidade oral da língua portuguesa, a fim de verificar se os professores ministram suas aulas de acordo com aquilo que prega os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

## **2. As modalidades da língua**

De acordo com Bagno (2007), desde as épocas mais antigas, as pessoas se acostumaram a comparar a língua falada mais espontânea e menos monitorada com a língua escrita mais elaborada, de preferência em seus usos literários. Com isso, uma falsa visão dicotômica foi criada na nossa cultura, separando rigorosamente a fala da escrita.

A saber, as modalidades da língua são duas: a oral e a escrita. Essas duas modalidades não devem ser vistas em oposição ou de maneira hierárquica. Devem ser concebidas como parte de um continuum tipológico (MARCUSCHI, 2001).

O continuum tipológico, defendido por Marcuschi (2001), entre outros, estabelece que fala e escrita precisam ser concebidas como

modalidades da língua em uma escala contínua e não como uma oposição de dois pólos opostos. Desta forma, destrói-se o mito da superioridade da escrita. Em consonância com isso, é preciso reconhecer que as modalidades apresentadas possuem mais semelhanças do que diferenças, apesar de cada uma ter suas próprias características particulares. Pode-se dizer, então, que a oralidade e a escrita são práticas e usos da língua com traços específicos.

A escrita tem sido vista como de uma estrutura complexa, formal e abstrata, e a fala, como uma estrutura simples, desestruturada, informal, concreta e dependente do contexto (FÁVERO; ANDRADE & AQUINO, 2002, p. 9). É, então, dessa visão que nasce o preconceito contra a língua falada.

À vista disto, faz-se necessário apresentar as dicotomias da fala e da escrita separadas por Marcuschi (2008, p. 27): a fala é contextualizada, dependente, implícita, redundante, não-planejada, imprecisa, não-normatizada e fragmentária e; a escrita é descontextualizada, autônoma, explícita, condensada, planejada, precisa, normatizada e completa.

Bagno (2007), a respeito disso, diz que é com a supervalorização da escrita e a desvalorização da fala que surgiram algumas noções absolutamente errôneas acerca da relação entre as duas modalidades de uso da língua.

Por conseguinte,

A modalidade escrita não pode ser entendida como uma representação da fala, já que não consegue reproduzir muitos dos fenômenos da oralidade, tais como prosódia, gesto, olhar. Por outro lado, a escrita caracteriza-se por apresentar elementos próprios, ausentes na modalidade oral, como o tipo e tamanho de letras, cores, formatos, que desempenham, graficamente, a função dos gestos, da mímica e da prosódia. Assim, oralidade e escrita são práticas e usos da língua com especificidades e condições distintas de realização, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos. Ambas possibilitam a criação de textos coesos e coerentes, permitindo a elaboração de exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais, entre outras (ANDRADE, 2011, p.51).

O ato de falar ou de escrever só é possível através de textos. “Quando abrimos a boca para falar ou escrevemos palavras no papel, estamos produzindo um texto que vai se configurar de acordo com as convenções de alguns dos inúmeros gêneros textuais que circulam na nossa sociedade” (BAGNO, 2007, p. 182).

Logo, um texto só pode ser considerado textual quando compreendido como uma unidade que, globalmente, seja significativa e entendível, ou seja, é “uma sequência verbal constituída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência” (BRASIL, 1998, p. 21), caso contrário, não passará de um monte de enunciados aleatórios.

Percebe-se que as duas modalidades são práticas e usos da língua que utilizam o mesmo sistema linguístico. A fala e a escrita podem construir textos coesos e coerentes, permitindo também a elaboração de raciocínios abstratos, variações de cunho social e dialetal, etc.

No entanto, foi encucado, gramaticalmente, que os erros na escrita advêm da língua falada, mas só porque, muitas vezes, entende-se a escrita como a transcrição da fala ou como dois pólos totalmente opostos.

Portanto, não se pode dizer que a fala possui mais variações que a escrita. Conclui-se que “a escrita é tão heterogênea quanto a fala” (BAGNO, 2007, p. 184).

### **3. A variação linguística: um olhar sobre os textos orais**

O ensino da língua portuguesa é, normalmente, pautado na variedade culta da língua, e limita-se ao ensino da gramática normativa e do registro formal. As variedades que não são consideradas cultas são desvalorizadas pela instituição escolar.

Mesmo assim, é inegável que os diferentes registros da língua aparecem na escola, visto que a instituição é uma extensão da sociedade, na qual todas as variações convivem. Logo, a escola não pode ignorar as diferenças linguísticas existentes. Ao contrário, deve-se partir da realidade, do registro linguístico do aluno e mostrar que há

várias maneiras de falar. Cada gênero, cada registro da língua imprimirá questões sócio-econômicas-culturais, das quais o aluno deverá tomar conhecimento.

Nesse sentido, Bortoni-Ricardo afirma que “a atribuição de prestígio a uma variedade linguística decorre de fatores de ordem social, política e econômica” (2005, p.36). Portanto, sabe-se que as variedades linguísticas são julgadas através de seus falantes.

A variedade linguística de prestígio, no Brasil, é “aferida em função de sua maior ou menor semelhança com a norma – padrão lisboeta consagrada pelos escritores brasileiros” (BORTONI-RICARDO, 2005, p.36). Dito isso, o que existe, na verdade, é um padrão idealizado de linguagem e que é imposto para que todos os falantes almejem esse padrão ideal, que tem como parâmetro a norma culta. Logo, quanto mais distante da norma culta, menor prestígio; quanto mais próximo, maior prestígio. Inclusive, porque os grupos sociais que se aproximam mais da norma culta são da classe econômica mais favorecida e os que mais se distanciam são os menos favorecidos financeiramente.

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa dado o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem (BRASIL, 1998, p.31).

Para tentar, pelo menos, começar a amenizar os problemas de preconceito linguístico nas escolas, é necessário que o professor seja o primeiro a respeitar as variedades linguísticas conhecendo as características linguísticas dos seus alunos.

Bagno (2007) ressalta que as pessoas, que vivem em sociedades com uma longa tradição escrita, chamam língua somente um con-

junto muito particular de pronúncias, de palavras e de regras gramaticais que foram cuidadosamente selecionadas para compor o que o autor chama de norma-padrão, ou melhor, língua “certa”.

Posto isso, o preconceito linguístico

[...] se baseia na crença de que só existe [...] uma única língua portuguesa digna desse nome e seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, ‘errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente’, e não é raro a gente ouvir que ‘isso não é português’ (BAGNO, 1999, p. 40).

Atitudes discriminatórias, conforme Bagno (1999), são recorrentes em programas de televisão e rádio, como também em colunas de jornal, que têm como intenção determinar que o certo é escrever e falar seguindo as normas da norma-padrão.

É o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que gera discriminações e fracasso. O uso por alunos provenientes das camadas populares de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceitos linguísticos e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante padrão socialmente prestigiada (SOARES, 2000, p.17).

A língua é vista pela sociedade, na sua grande maioria, como algo que já terminou de se construir, porém, Bagno (2007) enfatiza que a língua é como as águas de um rio, que não param de correr e de se agitar, isto é, a língua muda no tempo, evolui, e possui história. Sua história nunca acaba, ela sempre está se fazendo, pela ação dos falantes. Nem a história do dialeto padrão está pronta e acabada, ele também vai mudando com o tempo, pela ação dos falantes (VAL; VIEIRA, 2005, p.35).

À vista disso, a língua se modifica e se transforma com o passar do tempo e se define pela natureza individual e pela natureza social. Ou seja, ela é criada, transformada e determinada pelos sujeitos de um certo grupo ou pelas regras estabelecidas por uma sociedade.

Sabe-se que a sociedade e os indivíduos se transformam a todo momento, ou melhor, constroem e reconstróem comportamentos e ações em função das diferentes situações que vivenciam ao longo de suas vidas. A língua não é diferente disso, ela se modifica no decorrer do tempo (VAL; VIEIRA, 2005).

Nota-se que a abordagem tradicionalista que vê a língua só como repertório de escrever bem e falar bem vem sendo desconstruída. Hoje em dia, os PCNs (BRASIL, 1998) se preocupam com a diversidade linguística, mostrando que a língua é social e interacional. É necessário considerar a língua em situações reais de interação para que o ensino de Língua Portuguesa não seja preconceituoso e as diferentes variações da língua não sejam estigmatizadas (BRASIL, 1998).

Diversas teorias linguísticas abordavam a homogeneidade linguística. Foi só a partir da década de 60 que a língua passou a ser reconhecida como heterogênea e variada através de estudos feitos pela sociolinguística.

O linguista William Labov é quem vai questionar e propor um novo olhar sobre a estrutura das línguas e especialmente um olhar sobre os fenômenos da variação e da mudança linguística.

O ponto fundamental na abordagem proposta por Labov é a presença do componente social na análise linguística. Ao eleger como objeto de estudo a estrutura e a mudança linguística, Labov “rompe com a relação estabelecida por Saussure entre estrutura e sincronia de um lado e história evolutiva e diacronia de outro, aproximando igualmente a sincronia e a diacronia às noções de estrutura e funcionamento da língua” (COELHO; GÖRSKI; MAY; SOUZA, 2012, p. 22).

Coelho (2007) ressalta que o reconhecimento da língua como heterogênea é um grande passo para a modificação dos que insistem em padronizar a língua falada no sujeito a qualquer custo.

Através dos estudos sociolinguísticos os fatores como status social, sexo, contexto, região, entre outros, passaram a ser considerados para analisar a língua. A sociolinguística defende que as escolas devem respeitar o saber linguístico prévio de cada falante, fazendo com que ele amplie seu vocabulário e enriqueça-o.

O objetivo principal da sociolinguística, como disciplina científica, é relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social. Bagno formula que “língua e sociedade estão indissoluvelmente entrelaçadas, entremeadas, uma influenciando a outra, uma constituindo a outra” (2007, p.38). Diante disso, é impossível para a sociolinguística estudar língua sem, ao mesmo tempo, estudar a sociedade em que essa língua é falada.

Um dos conceitos básicos da sociolinguística são, de acordo com Bagno (2007), a variável e a variante. A variável é algum elemento da língua, alguma regra, que se realiza de maneiras diferentes conforme a variedade linguística analisada. Cada uma das realizações possíveis de uma variável é chamada de variante, ou seja, são as diversas formas de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade.

A língua apresenta variação, o que implica dizer, novamente, que ela é heterogênea e não homogênea. Logo, algumas reflexões devem ser postuladas para melhor entendimento sobre heterogeneidade.

Saussure, no clássico Curso de Linguística Geral (2006 [1916]), refere-se à língua como um sistema homogêneo e estruturado, ou seja, não há variação, mas sim um padrão semelhante às formas do falar, fazendo com que a língua seja estável e seja como um jogo, onde todas as peças se encaixam perfeitamente umas nas outras, sem faltar nenhuma.

É importante salientar que a variação, segundo Bagno (2007), ocorre em todos os níveis da língua: fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical e estilístico-pragmático. E, por assim dizer, também ocorre nas modalidades da língua seja ela oral ou escrita.

#### **4.As propostas oficial e teórica do ensino da variação linguística**

Os PCNs (BRASIL, 1998) pregam que o objetivo principal da aula de Língua Portuguesa é o de formar cidadãos. E ser cidadão, como o próprio nome sugere, diz respeito ao indivíduo consciente de

seus direitos e deveres, que é ou será capaz de desenvolver uma ativa participação social e política na sociedade em que vive. Para tanto, é de extrema importância que o aluno seja visto como um ser social e que tome conhecimento da realidade que, de fato, marca o lugar onde vive. Nesse sentido, nosso país é (re)conhecido pela sua heterogeneidade. Linguisticamente, ainda acreditamos na homogeneidade, mas não podemos nunca esquecer das centenas de línguas alóctones e autóctones que aqui existem, bem como as inúmeras variedades regionais, sociais, etc.

Nota-se que a língua é vista nos PCNs (BRASIL, 1998) como uma atitude social e que as situações reais de interação devem ser consideradas para que o ensino de língua materna não seja preconceituoso e a diversidade linguística não seja estigmatizada.

A língua, como falado anteriormente, é heterogênea. Ela varia, muda no tempo e no espaço. É o domínio da língua que fará com que o sujeito atue na esfera social, citada pelos PCNs (BRASIL, 1998). Isso posto, o ensino da língua padrão que foca somente em regras gramaticais e análises sintáticas nega a variação da língua.

Os PCNs (BRASIL, 1998) consideram a variação linguística como elemento característico das línguas humanas e como um elemento que sempre existirá, mesmo que tentem normatizá-las, tal como entende a sociolinguística.

O aluno deve ser visto como um ser social, que depende da interação com o outro nas diversas situações e contextos da vida. Posto isso, não cabe ao professor ensinar apenas normas gramaticais, mas levar o aluno a fatores que estão envolvidos na sociedade para que ele consiga identificar as variantes da língua e usá-las em diversas situações comunicativas (FREITAS, 2010).

Ainda segundo os PCNs, a escola deve possibilitar ao aluno:

Conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico; reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades (BRASIL, 1998, p.33).

Os itens citados acima destacam a importância de se conhecer as diferentes variedades do português e dizer não ao preconceito linguístico. Porém, para que isso ocorra, é necessário que o professor desenvolva com seus alunos atividades que foquem na questão da variação linguística, uma vez que a variação já está inserida no cotidiano de cada aluno.

Bortoni-Ricardo (2005) enfatiza que o professor de Língua Portuguesa deve colocar os critérios, as regras das variações e olhar o aluno com mais atenção, identificando a diferença de variedade que ele possui. Depois, diz que seria necessário a conscientização do aluno com relação às diversidades tanto linguísticas como culturais da região do aluno em relação às outras comunidades, mostrando e fazendo com que ele, o aluno, compreenda a riqueza das variedades linguísticas presentes na nossa língua materna.

Os alunos devem se sentir à vontade com relação às variedades que possuem, seja variedade-padrão ou não-padrão. Quando o aluno utilizar a variedade não-padrão, o professor pode utilizar a padrão e discutir sobre as diferenças das duas variantes, fazendo que o aluno consiga perceber a variação linguística e consiga também ter um pensamento crítico sobre essas diferenças linguísticas (BORTONI-RICARDO, 2005).

Se a escola é para todos, faz-se necessário reconhecer que existe a variedade linguística e, a partir dela, tentar difundir o uso padrão que deveria funcionar para os alunos como um traço de união entre todos.

## **5. Procedimentos metodológicos**

O nosso objetivo é desenvolver uma pesquisa de cunho qualitativo. Através dos questionários respondidos pelos professores, queremos descrever e entender o processo de ensino da variação linguística aos alunos do ensino fundamental básico II (6º ao 9º ano).

Nesta pesquisa, foi utilizado, como instrumento principal de coleta de dados, um questionário, com a participação efetiva de treze

professores de língua portuguesa, distribuídos em várias escolas, tanto públicas como particulares, dentro dos municípios de Vitória e Vila Velha, região metropolitana do estado do Espírito Santo.

O questionário com as perguntas que abordam a variação da língua na modalidade oral procuram sanar dúvidas sobre como o professor aborda suas aulas e sobre como o professor trabalha com o preconceito dessas variações da língua dentro da sala de aula. A fim de alcançar nosso propósito, inserimos, no questionário, as seguintes perguntas:

- a) O/A senhor/a ministra suas aulas enfatizando alguma modalidade oral ou escrita da língua?
- b) Seus alunos cometem muitos erros gramaticais? Como o/a senhor/a trabalha esses erros?
- c) O/A senhor/a trabalha com a variedade informal da língua em sala?
- d) Como o/a senhor/a trata o preconceito linguístico em sala de aula?
- e) Como o/a senhor/a trabalha a variação linguística com seus alunos?

Espera-se que o embasamento desses professores seja nos PCNs (BRASIL, 1998), pois eles pregam que a língua é uma atividade social e as situações reais de uso dela devem ser exploradas em sala de aula. Logo, o professor deveria trabalhar com a variedade informal da língua em sala de aula, mas também com a variedade formal da língua, porém, de uma forma contextualizada.

Analisemos, então, como os professores ministram suas aulas do ensino da variação linguística na modalidade oral da língua portuguesa tanto na escola privada como na pública.

## 6. Análise de dados

Sabe-se que o ensino da língua é um desafio para os professores de Língua Portuguesa. Posto isso, é de suma importância um esforço para não cometerem nenhum tipo de preconceito linguístico, ou privilegiar uma forma linguística e desvalorizar as outras.

Compreende-se que é necessário ensinar a norma padrão para que os alunos das camadas populares utilizem-na em situações formais, mas não só isso, é necessário mostrar a importância do seu dialeto também. Para isso, o ensino de língua materna deve ser dinâmico, reflexivo e crítico (GARCIA-REIS & MARCONDES, 2008).

Sendo assim, de acordo com as respostas dos professores ao serem questionados se ministram suas aulas enfatizando alguma modalidade da língua, dos treze professores, dois apenas escreveram que enfatizam mais a modalidade escrita da língua. Vejamos o que escreveram a respeito:

**EXCERTO 1**

*Enfatizo a modalidade escrita.*

***Professor(a) de escola pública, mais de 10 anos de formação e mais de 10 anos de atuação***

**EXCERTO 2**

*Sim, enfatizo mais a modalidade escrita, já que o público escolar é mais restrito e desinteressado na modalidade oral.*

***Professor(a) de escola pública, mais de 10 anos de formação e mais de 10 anos de atuação***

Não é difícil achar professores que acreditam que a aprendizagem da língua oral, por se dar no ambiente doméstico, não é tarefa da escola. Todavia, isto é um engano. Posto isso,

cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações. A aprendizagem de procedimentos apropriados de fala e de escuta, em contextos públicos, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la (BRASIL, 1998, p.25).

O professor deve lembrar que ambas as modalidades podem ser formais ou informais dependendo do objetivo comunicativo. Não obstante, faz-se necessário mencionar que a modalidade oral é tão importante quanto a modalidade escrita, dado que “ao ingressarem na escola, os alunos já possuem a competência discursiva e linguística para comunicar-se em interações que envolvem relações sociais de seu dia-a-dia, inclusive as que se estabelecem em sua vida escolar” (BRASIL, 1998, p.24).

Diante disso, devemos rememorar que as modalidades da língua devem ser concebidas como parte de um *continuum tipológico*, e não como uma oposição de dois pólos totalmente diferentes. Mas para que isso aconteça, é necessário que o professor reconheça e passe para seus alunos que as duas modalidades possuem mais semelhanças do que diferenças, apesar de cada uma possuir características próprias (MARCUSCHI, 2001). Não podemos apenas ensinar uma modalidade e esquecer da outra. Elas se completam e ambas são importantes.

A respeito dos professores que utilizam ambas as modalidades em sala de aula, Marcuschi (1999) adverte-nos que os PCNs (BRASIL, 1998) propõem o ensino da oralidade associado à escrita, mas devemos recapitular que as práticas do trabalho com a oralidade devem ser voltadas tanto para textos formais quanto para informais. Posto isso, o professor não pode usar somente textos formais para trabalhar a oralidade com seus alunos, pois Marcuschi nos relembra que a escrita não representa a fala, logo a fala não pode ser aliada à escrita, visto que as pessoas no seu dia a dia trabalham com a oralidade, mas, no entanto, não possuem uma base na escrita.

Em relação aos erros gramaticais cometidos pelos alunos, os professores declararam que trabalham com seus alunos desta forma:

### EXCERTO 3

*Sim, chamo o aluno na mesa para corrigir a atividade, e usando uma caneta vermelha, círculo o erro para que ele corrija.*

***Professor(a) de escola pública, mais de 10 anos de formação e mais de 10 anos de atuação***

**EXCERTO 4**

*Sim, grifando a palavra incorreta e pedindo para que eles corrijam.*

***Professor(a) de escola privada, de 5 a 10 anos de formação e de 0 a 5 de atuação***

**EXCERTO 5**

*Sim, com a reescrita, fazendo-os procurar no dicionário e reescrever o vocábulo na frase ou em um texto e repetindo-o oralmente para mim.*

***Professor(a) de escola pública, de 5 a 10 anos de formação e de 0 a 5 de atuação***

**EXCERTO 6**

*Sim, procuro estimular a leitura, uso do dicionário e reescrita de textos.*

***Professor(a) de escola privada, mais de 10 anos de formação e mais de 10 anos de atuação***

O discurso dos professores está afinado com o que orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Em relação a produção e refacção de textos, é a partir da mediação do professor que os alunos conseguem não só um conjunto de instrumentos linguístico-discursivos, como também técnicas de revisão (rasurar, substituir, desprezar). Por meio dessas práticas de mediação, os alunos se apropriam, cada vez que são corrigidos, das habilidades necessárias à autocorreção (BRASIL, 1998).

Bortoni-Ricardo (2005) disserta que, geralmente, os erros cometidos pelos alunos na escrita são de natureza fonológica e, por isso, muitas vezes, os alunos são corrigidos, pois para a sociedade e para a maioria dos professores tudo que advém da modalidade oral apresenta falhas ou lacunas que não interagem com o modelo considerado “certo”.

É sabido que encontramos grande variação no uso da língua em qualquer domínio social. Portanto, em uma sala de aula não é diferente. Diante disso, “é preciso ter sempre em mente que tudo aquilo que é considerado erro ou desvio pela gramática tradicional tem uma

explicação lógica, científica, perfeitamente demonstrável” (BAGNO, 1999, p.127). Ao se trabalhar com língua, o conceito de “erro” fica inaceitável perante uma abordagem científica, pois nenhuma ciência pode considerar que existem erros em seus objetos de estudos, mas, sim, diferenças entre eles.

Percebemos que, nos relatos, os professores anulam qualquer manifestação linguística que fuja às normas tradicionais da língua. Por esse motivo, Bagno (1999, p.123) recorda-nos que “ninguém comete erros ao falar sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar e respirar”. Na maioria das vezes o que acontece, realmente, é uma confusão feita pelos próprios alunos, pois em casa ou na rua utilizam uma variedade diferente da encontrada nas escolas.

Diante disso, só será possível se trabalhar com os “erros” dos alunos quando a modalidade oral for também explorada dentro da sala de aula, pois são muito raras as atividades que exploram a oralidade do aluno. O muito que se faz é pedir a participação de alguns alunos para ler em voz alta (FRANÇA, 2009). Além disso, esses “erros” não podem ser tratados de maneira artificial e sem sentido para o aluno.

Além de explorar mais a oralidade, é indispensável rememorar que, dependendo da finalidade do texto que os alunos estão escrevendo, do assunto, de quem vai ler, entre outras possibilidades, a escrita pode se constituir tanto formal quanto informalmente. Logo, é preciso que o professor analise essa concepção e faça com que o aluno entenda a existência não só da variedade formal da língua, mas, também, da variedade informal. Em síntese, é preciso que o aluno saiba adequar os recursos expressivos, a variedade da língua e o estilo às diferentes situações comunicativas (BRASIL, 1998).

Ao serem questionados se trabalham com a variedade informal da língua, todos os professores responderam que “sim”. Com suas afirmações, os professores entram em concórdia com o que os PCNs (BRASIL, 1998) pregam sobre a variação linguística para a prática pedagógica: a língua é uma atitude social, e as situações reais de interação devem ser consideradas para que o ensino de língua materna não

seja preconceituoso, ou seja, não se deve apenas apresentar a língua padrão como forma única de comunicação para os alunos.

Muitos professores podem falar que trabalham com a variedade informal, mas, no entanto, se passarem para seus alunos a variedade informal como “errada”, não estarão considerando o que os PCNs (BRASIL, 1998) pregam, que é sobre a importância de se conhecer as diferentes variedades do português e dizer não ao preconceito linguístico, pois o aluno é um ser social, que depende da interação com o outro nas diversas situações e contextos da vida. Sendo assim, não podemos falar que uma variedade é certa e outra é errada. Para, então, sanar as dúvidas a respeito desse ensino, foi necessário fazer outra pergunta de suma importância para esta pesquisa com relação ao preconceito linguístico.

No ponto em que perguntamos aos professores colaboradores como tratam o preconceito linguístico em sala de aula, as respostas foram correspondentes. No entanto, a resposta de um dos professores nos chamou atenção, pois todos os outros professores focaram suas respostas somente no preconceito linguístico da variedade não-padrão, enquanto o professor mencionado destacou o seguinte:

#### **EXCERTO 7**

*A existência do preconceito linguístico ocorre por parte de professores e/ou outros profissionais da educação. Por outro lado, os alunos, de certa forma, rejeitam a variante padrão da língua. Talvez isso ocorra pelo fato dessa variante (a padrão) se encontrar distante da realidade presente dos alunos.*  
**Professor(a) de escola privada, mais de 10 anos de formação e mais de 10 anos de atuação**

Destacamos, aqui, que deve começar pelo professor o respeito às diferentes variedades linguísticas existentes na língua portuguesa. Caso contrário, os alunos também não conseguirão amenizar o preconceito linguístico pelo colega que, por exemplo, veio de alguma região do nordeste e não fala da mesma forma que ele.

Quando o professor menciona sobre a rejeição dos alunos pelo variante padrão da língua, lembramos que há uma grande diferença

## O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA MODALIDADE ORAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NO AMBIENTE ESCOLAR

entre os dizeres dos PCNs (BRASIL, 1998) de Língua Portuguesa e o que é ensinado nas escolas, pois os PCNs requerem o ensino da oralidade e da variação. No entanto, esse ensino quase não chega nas escolas, pois há um despreparo didático-metodológico de alguns professores, que continuam insistindo em um ensino gramatical descontextualizado, assim, ignorando que o ensino da língua vai além de somente gramática normativa, isto é, deve-se incluir, e não excluir o que o aluno já traz de casa consigo.

Diante disso, fez-se necessário perguntar como é o trabalho com a variação linguística na sala de aula. As respostas dadas podem ser divididas em dois grupos:

### 1º GRUPO:

#### EXCERTO 8

*Com atividades que usem recursos tecnológicos, letras de músicas como rap e funk, filmes, etc. Esse tipo de atividade atrai mais a atenção dos alunos e faz com que eles participem mais das aulas.*

***Professor(a) de escola pública, de 5 a 10 anos de formação e de 0 a 5 de atuação***

#### EXCERTO 9

*Através de diversos gêneros textuais, procuro levar para os alunos músicas, poesias e textos diversos que utilizem os diversificados “meios” linguísticos. Ensino a importância de saber a linguagem formal, mas também levo os alunos a reconhecerem e valorizarem as diversas possibilidades da língua, seus registros e suas adequações.*

***Professor(a) de escola pública, mais de 10 anos de formação e mais de 10 anos de atuação***

Como foi visto, esses entrevistados acham importante trabalhar com os diversos gêneros textuais. Diante disso, a forma como esses professores trabalham está em consonância com o que os PCNs consideram sobre atividades que promovem explorar intensamente questões da variação linguística:

edição de textos orais para apresentação, em gênero da modalidade escrita, para permitir que o aluno possa perceber algumas das diferenças entre a fala e a escrita; análise da força expressiva da linguagem popular na comunicação cotidiana, na mídia e nas artes, analisando depoimentos, filmes, peças de teatro, novelas televisivas, música popular, romances e poemas (BRASIL, 1998, p.82).

Já o segundo grupo relatou desta forma:

## **2º GRUPO:**

### **EXCERTO 10**

*Busco ensinar essas diversidades da língua dentro do próprio vocabulário deles. Faço muito isso quando estou ensinando gramática, algumas regras que o livro didático utilizado aborda.*

***Professor(a) de escola pública, mais de 10 anos de formação e mais de 10 anos de atuação***

### **EXCERTO 11**

*Promovendo pesquisas a respeito do vocabulário usado em diferentes regiões do Brasil, promovendo dramatizações e lanches regionais na própria sala de aula.*

***Professor(a) de escola particular, de 5 a 10 anos de formação e de 0 a 5 de atuação***

Neste segundo grupo, os professores parecem se limitar com discussões sobre o vocabulário dos alunos ou do vocabulário das diferentes regiões, sabendo que há uma infinidade de gêneros que podem ser utilizados para falar sobre variação linguística. Não estamos dizendo que o método dos professores deste segundo grupo está errado, mas sim, que estão utilizando poucas ferramentas para se trabalhar esse assunto na sala de aula.

Nota-se também que os instrumentos utilizados pelos professores para se trabalhar com a variação linguística nas escolas públicas são diferentes dos para se trabalhar nas escolas privadas, portanto cada instituição trabalha de uma forma diferente, pois cada aluno e cada escola tem a sua própria realidade. O docente da escola pública utiliza o livro didático que, muitas vezes, é a única referência para o trabalho do professor, passando, até mesmo, a assumir o papel principal e definidor de estratégias de ensino para seus alunos.

Como houve uma dúvida sobre o que seriam os lanches regionais, os professores da escola privada responderam que, em sua maioria, utilizam lanches regionais para que seus alunos tenham contato com outras variações da língua na própria sala de aula. Todavia, o foco principal deste lanche regional é trazer comidas típicas das diversas regiões, e, portanto, o foco no contato com as diversificadas variantes existentes no Brasil não é posto com a merecida ênfase.

Não podemos dizer que não existem gêneros suficientes para se trabalhar com a variação linguística, pois não é possível definir uma quantidade exata de gêneros, uma vez que eles estão ligados às diversas maneiras de comunicação e possuem características próprias.

Assim como a língua se modifica e transforma com o passar do tempo, os gêneros textuais a acompanha, surgindo de acordo com a necessidade de comunicação social ou caindo em desuso com o passar do tempo. Em suma, não podemos nos restringir somente a determinadas gêneros para ensinar a diversidade linguística, pois eles são incontáveis e podem ser usados desde conversas espontâneas até exposições acadêmicas; desde cartas pessoais até textos acadêmicos.

### **Considerações finais:**

O presente estudo pretendeu, por meio de um questionário composto por cinco perguntas, averiguar se os professores de Língua Portuguesa de escolas privadas e públicas dentro dos municípios de Vitória e Vila Velha, região metropolitana do estado do Espírito

Santo, ministram suas aulas abordando o ensino da variação linguística através da modalidade oral da língua e se seguem as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a respeito desse ensino.

Diante disso, através deste questionário respondido por treze professores, foi possível descrever e entender o processo de ensino da variação linguística aos alunos do ensino fundamental básico II (6º ao 9º ano).

Por meio desta pesquisa, constatou-se que existem algumas lacunas a serem preenchidas sobre esse ensino da variação na modalidade oral da língua. Alguns professores, por exemplo, utilizam os mais diversos gêneros textuais existentes para trabalhar com seus alunos. No entanto, alguns ainda se restringem a apenas alguns gêneros.

Com as restrições de alguns professores sobre a diversidade de gêneros, os alunos podem não conseguir entender que as mudanças que acontecem constantemente na língua se devem ao conhecimento poderoso que os falantes têm. Cada falante está reanalisando, reinterpretando as regras de funcionamento de sua língua, conferindo a elas novo alcance e descartando as regras que se mostram insuficientes para a comunicação.

Como já bem sabemos, o mais importante de tudo sobre o ensino da variação linguística é preservar o respeito pelas diferenças linguísticas e insistir que elas não são erros. Além disso, é comum os professores apresentarem a variação linguística com um fenômeno que caracteriza somente os falantes rurais, analfabetos e pobres. Posto isso, Bagno (2007) para acabar com esse equívoco, propõe que os professores promovam atividades que investiguem a fala urbana escolarizada. E, com base nessa investigação, fazer um contraste entre o uso da língua real e autêntico por parte dos falantes urbanos e as normas estabelecidas pela tradição gramatical. Ele ressalta ainda que para isso, podemos nos valer de textos falados e escritos, em diferentes gêneros textuais.

Não podemos deixar que a língua seja ensinada de uma forma desgastante e tediosa. Para que esse ensino seja realmente positivo, o

## O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NA MODALIDADE ORAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NO AMBIENTE ESCOLAR

uso dos diversos gêneros textuais na sala de aula deve se fazer necessário, sabendo que eles trazem benefícios para os alunos no ensino/aprendizagem de língua materna.

O ensino de língua deve ser sempre atualizado, interessante, etc., pois a língua é viva, e não abstrata. Sendo assim, a língua está no cotidiano, na vida dos alunos, e, portanto, o professor deve mostrar os diferentes usos que se faz da língua.

SANTOS, W. P. C.; SCHAFFEL-BREMENKAMP, E. O ensino da variação linguística na modalidade oral da língua portuguesa no ambiente escolar. *Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 17, n. 1, p. 517-539, 2018.

### THE TEACHING OF LINGUISTIC VARIATION IN THE ORAL MODE OF THE PORTUGUESE LANGUAGE IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

**ABSTRACT:** This work aims to investigate the issue of teaching linguistic variation in the school environment. For this, we are worth the clarification on the dichotomies of speech and writing; Linguistic variation from oral texts and how Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) propose the teaching of orality and linguistic variation in schools. Through a questionnaire, it was necessary to investigate how teachers teach their classes on the teaching of linguistic variation in the oral mode of the Portuguese language.

**KEYWORDS:** Maternal language; Teaching; Orality; Linguistic variation;

### Referências bibliográficas

ANDRADE, M. L. C. V. de O. Língua: modalidade oral/escrita. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. *Caderno de formação: formação de professores didática geral*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 50-67, v. 11.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: Terceiros e quarto ciclo do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental*. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós cheguei na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; MAY, G. H.; SOUZA, C. M. N. *Sociolinguística*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

COELHO, Paula Maria Cobucci Ribeiro. *O tratamento da variação linguística no livro didático de português*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FÁVERO; Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia da C. V. O.; AQUINO, Zilda G. O. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino da língua materna*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FRANÇA, J. M. *Por uma prática da oralidade nas aulas de língua materna: escrita, letramento e gênero textual*. Linguasagem. Vol. 5, p. 1-15, 2009. ISSN 1983-6988 [www.letras.ufscar.br].

FREITAS, W.A. *Há Variação Linguística nas escolas públicas?* VIII Sepech - Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas - Caderno de resumos. Londrina, 2010.

GARCIA-REIS, A. R.; MARCONDES, G. S. *Diversidade linguística e o processo ensino-aprendizagem*. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery, v. 04, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e ensino, uma questão pouco 'falada'. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva e BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *O livro didático de português*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *O tratamento da oralidade nos PCN de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª Séries*. Scripta, Belo Horizonte, vol. 2, n. 4, 1999.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2000.

VAL, Maria da Graça Costa; VIEIRA, Martha Lourenço. *Língua, texto e interação: caderno do professor*. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.